

DPU quer explicações sobre metais pesados no Rio Traipu

Defensoria vai à Justiça e pede prazo de 10 dias para IMA, Semarh e mineradora darem esclarecimentos

DAVI SALSA
SUCURSAL ARAPIRACA

Em petição encaminhada recentemente à juíza Camila Monteiro Pullin, da 8ª Vara da Justiça Federal de Arapiraca, o defensor público federal de Direitos Humanos em Alagoas, Diego Bruno Martins Alves, solicita que sejam intimados o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), para que, no prazo de dez dias, com base na Resolução da Agência Nacional de Águas (ANA) nº 903/2013, os órgãos atestem se os metais pesados encontrados no Rio Traipu e Riacho Salgado têm relação direta com a atividade da Mineradora Vale Verde (MVV) no município de Craíbas.

Desde o ano de 2021 que a empresa vem operando a mina a céu aberto e com a planta de processamento de cobre no Povoado Serrote da Laje, retirando o mineral do solo profundo em Craíbas. Também estão sendo exploradas jazidas de ferro e ouro

no município agrestino.

A empresa foi adquirida em março deste ano pelo grupo chinês Baiyin Nonferrous. O valor do investimento foi de 420 milhões de dólares, o que corresponde a R\$ 2,3 bilhões de reais.

Além das supostas agressões ao meio ambiente, a MVV é denunciada pelos moradores de povoados no entorno da empresa de provocar rachaduras em dezenas de casas, devido às fortes explosões na mina.

No final de agosto deste ano, a Câmara de Vereadores de Craíbas realizou sessão e convocou o gerente da MVV, Breno Martins, para explicar o porquê das denúncias dos moradores. O representante da mineradora negou haver relação de impactos ambientais e rachaduras nos imóveis com as explosões, que ele chamou de "desmontes controlados".

RESULTADOS

De acordo com análises feitas por técnicos do IMA/AL Kleber Fortes, Ricardo Oliveira e Victor Silva, sob a supervisão da Gerência de Laboratório (Gelab), divulgadas em julho do ano



EDILSON OMENA

Objetivo é saber se há relação direta com atividade da mineradora Vale Verde no município de Craíbas

passado, foram apontados resultados acima do permitido de metais pesados (cobre, chumbo, alumínio, manganês, entre outros), nas águas dos dois mananciais que são afluentes do Rio São Francisco em Alagoas.

Pelo que apurou a Tribuna, a petição busca uma explicação técnica acerca dos rejeitos das rochas trituradas pela mineradora, e se os mesmos estariam contaminando o solo e a água, afetando a fauna e a flora aquática, reduzindo a biodiversidade local e comprometendo a saúde das comunidades que dependem desses recursos hídricos.

Antes das análises feitas pelo IMA/AL, nos anos de 2021 e 2022, um estudo da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) já indicava a elevação de metais pesados e níveis acima dos limites toleráveis nas águas do Riacho Salgado, manancial que fica próximo da mineradora. Em 2023, a equipe fez nova avaliação e os valores permaneciam elevados.

Por sua vez, a Mineração Vale Verde afirma que tem o seu compromisso com o meio ambiente e comunidades anfitriãs de suas operações, esclarecendo que segue todas as diretrizes estipuladas pela legislação e órgãos ambientais vigentes.

A mineradora ainda afirma que todas as atividades realizadas pela companhia seguem o protocolo do Plano de Monitoramento Ambiental, validado pelo órgão licenciador, que realiza todos os controles analíticos. Todos os dados obtidos por este monitoramento são repassados para as agências fiscalizadoras responsáveis.

Alagoas institui sistema de tributação com menor carga da Região Nordeste

A implementação unilateral por Alagoas de um novo sistema simplificado de substituição tributária (ST) para farinha de trigo e seus derivados garantiu ao estado a menor carga tributária do Nordeste. O objetivo foi tributar gêneros alimentícios de primeira necessidade de forma mais justa, atendendo a todas as camadas sociais e econômicas, além de atrair novos investimentos. A medida entrou em vigor neste mês de setembro.

A proposta vinha sendo discutida há 12 meses entre os estados do Nordeste signatários do Protocolo 46/2000, que regula a ST desses produtos e busca uniformizar a cobrança. Com o Decreto nº 103.496/2025, Alagoas implantou a nova sistemática, conquistando a menor carga tributária da região, 27% inferior à praticada pelos demais estados.

A iniciativa é vista como um compromisso do governo Paulo Dantas, junto com a secretária de Estado da Fazenda, Renata dos Santos, e o secretário especial da Receita Estadual, Francisco Suruagy, de promover justiça fiscal. A partir disso, projetou-se a atração de novos investimentos, incluindo centrais de distribuição e indústrias, impulsionados por um modelo mais simples e competitivo.

A tributação diferenciada já tem gerado resultados no

segmento de farinha de trigo, a exemplo do Moinho Maratá que se estabelecerá em Alagoas. O investimento incluirá também duas fábricas, uma de derivados de farinha de trigo e outra de produção de ração animal, fortalecendo a cadeia produtiva local.

Antes da publicação oficial, a Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (Sefaz) se reuniu com diversos segmentos nacionais, regionais e locais ligados à farinha de trigo e seus derivados, como varejo, panificação, indústria de massas e biscoitos, além de contadores, administradores e gestores, para apresentação do novo modelo. A proposta foi bem recebida e aprovada de forma unânime.

Francisco Suruagy explica que os derivados de farinha de trigo de elaboração mais complexa estão sujeitos ao regime normal de tributação, sendo o imposto apurado com base no preço efetivamente praticado. O contribuinte não paga o imposto de forma antecipada, sendo o recolhimento realizado apenas no momento da efetiva venda.

“Os produtos de elaboração mais simples, que utilizam ingredientes de menor valor agregado, presentes diariamente na mesa das famílias brasileiras, estão inclusos na nova sistemática, gerando expectativa de prática de menores preços, sem



DIVULGAÇÃO

Medida simplifica o regime de substituição tributária para farinha de trigo e outros produtos derivados

inviabilizar a atividade dos produtores e comerciantes”, frisa.

EMPREGO

A Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação (Seteq) segue ampliando o alcance do Programa Emprega Mais Alagoas com capacitação gratuita nos mais diversos cursos de qualificação em todo o estado. Um dos cursos ofertados é o de Gestão e Produção de Conteúdo para Redes Sociais, que começou a ser oferecido esse ano e já é um dos mais procurados do programa.

Após a realização das primeiras turmas em União dos Palmares no início do ano, o curso inédito chegou a Maceió, Messias, Joaquim Gomes e, na semana que vem, inicia aulas na cidade de Chã Preta. Mais de 500 alunos já se inscreveram e 153 já receberam seus certificados. Nas próximas semanas serão entregues novos certificados aos que já concluíram as aulas.

Com foco nos jovens, mas também aberto para todas as idades, o curso ensina como produzir, editar, publicar e gerir conteúdos para redes sociais, capacitando esses alunos para um mercado que não para de crescer e requer qualificação. O curso é ministrado pelo professor Everson Dias que explica como funciona a dinâmica das atividades durante as aulas.

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM GOMES

AVISO DE LICITAÇÃO

O Setor de licitação e Contratos do Município de Joaquim Gomes/AL, no uso de suas atribuições, torna público que realizará as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. As sessões públicas ocorrerão no DIA 26/09/2025, ÀS 08:30h, O PE Nº 17, E ÀS 09:30h O PE Nº 16. Outras informações e o edital, no site www.bnc.compras.com ou comissãodecontrataçãojg@gmail.com

Joaquim Gomes - AL, 05 de Setembro de 2025.
Grace Kelly dos Santos da Fonseca
Pregoeira
2025



COOPERATIVISMO EM PROL DO JORNALISMO COM CREDIBILIDADE



JORNAL | PORTAL DE NOTÍCIAS | TV | PODCAST | GRÁFICA

WWW.TRIBUNAHOJE.COM

@TRIBUNAHOJE | @TRIBUNA_HOJE | /TRIBUNAHOJE | PORTALTRIBUNA

